

# **A BELIGERÂNCIA DE PORTUGAL NA GRANDE GUERRA - ENTRE A GUERRA CIVIL LARVAR E A GUERRA INTERNACIONAL: UMA LEITURA HISTORIOGRÁFICA**

António Paulo Duarte<sup>1</sup>

## **Introdução**

Portugal foi um beligerante ativo na Primeira Guerra Mundial. O II Império declarou guerra a Portugal a 9 de março de 1916. O “casus belli”, da parte da Alemanha, foi a requisição dos navios de guerra alemães que estavam surtos nos portos portugueses, protegidos da cobiça aliada, até então, pela neutralidade portuguesa. Todavia, na realidade, desde 1914 que diversos incidentes armados tinham ocorrido entre forças militares portuguesas e alemãs, nos territórios africanos em que havia fronteira comum entre a soberania nacional e a germânica, e até uma pequena batalha, denominada pelos portugueses de “Batalha de Naulila”, travada no sul de Angola em 18 de dezembro de 1914.

Para os portugueses, estes incidentes confirmavam o imenso perigo da cobiça germânica sobre as colónias que Portugal tinha em África. Este era, na perspectiva nacional, e do ponto de vista externo, o “casus belli” que nutria a postura beligerante de Portugal em face da Alemanha. Como veremos subsequentemente, na realidade, o “motivo da beligerância” é algo bem mais complexo e intrincado.

Estes acontecimentos históricos evidenciam também que, geograficamente, Portugal, em 1914-1918, era muito diferente do atual (reduzido à Europa e a alguns arquipélagos adjacentes). Em 1914 Portugal era um poder colonial, débil sem dúvida, mas ainda assim com possessões que chegavam ao Oceano Pacífico (Macau e Timor Leste), depois de passarem pela África (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe) e pela Ásia (Estado Português da Índia). Esta visão geográfica dava uma identidade distinta ao país e uma ideia de si que não o resumia a um pequeno poder. Como se dizia, em plena Câmara dos Deputados em 1911, pela boca do Ministro da Marinha, Celestino de Almeida:

---

<sup>1</sup> Assessor do Instituto da Defesa Nacional e Investigador do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

“Todos o sabem. Temos um domínio colonial extensíssimo e vastíssimo, podendo-nos mesmo reputar a quarta nação do mundo em preponderância colonial, que pequeninos como somos no continente, somos grandes nas nossas colónias”.<sup>2</sup>

Para Portugal e, principalmente, para as elites portuguesas o país não era, por conseguinte, pequeno, mas tão só débil, e em consequência, cheio de possibilidades se saísse do esvaimento decadente em que estava e redescobrisse a sua vocação e o seu poderio antigo de grande poder colonial: era o “Portugal Maior” do Almirante Pereira da Silva<sup>3</sup> ou do General e grande colonialista Norton de Matos.<sup>4</sup> Isso impunha ao país uma grande responsabilidade político-militar na conflagração.

Apesar de diminuta, quando comparada com as grandes potências ou alguns dos pequenos poderes beligerantes, a intervenção portuguesa na conflagração foi dispendiosa em termos de recursos materiais e humanos. Portugal mobilizaria cerca de 100.000 militares que, como expedicionários, sublinhe-se este último conceito, serviriam em três teatros de guerra distantes da metrópole. Cerca de 58.000 efetivos seriam incorporados no Corpo Expedicionário Português (CEP) que combateria no mais exigente campo de batalha da Grande Guerra, o franco-belga, em 1917 e em 1918. Para Moçambique, entre 1914 e 1918, seriam enviados aproximadamente 20.000 militares da metrópole, aos quais se juntariam outros 20.000 efetivos mobilizados localmente. Por fim, para Angola seriam enviados cerca de 14.000 expedicionários metropolitanos aos quais se agregariam outros 10.000 militares locais. Outros 13.000 soldados seriam remetidos para a proteção das ilhas atlânticas de Portugal. Seria ainda preciso referir a ação da Marinha de Guerra portuguesa, que para além das operações de combate da Armada, teria de suportar logisticamente, e às vezes, com elementos seus desembarcados, a defesa das colónias, com destaque para Angola e Moçambique, vítimas da contenda.

---

<sup>2</sup> Celestino de Almeida, *Diário da Câmara dos Deputados da República Portuguesa*, Sessão nº 11, 15 de dezembro de 1911, p. 4.

<sup>3</sup> Esta ideia de Pereira da Silva é realçada pelo seu biógrafo (Oliveira, 1968, pp.130 e 135). Seguimos expressões da obra de Pereira da Silva citadas pelo biógrafo.

<sup>4</sup> Norton de Matos, 3º Vol., 2005, pp. 473 e ss. (o conceito, na perspetiva de Norton de Matos, daria o subtítulo a um trecho das suas memórias, o sexto tomo, que jamais foi publicado em vida do autor). Na ótica de Norton de Matos, o “Portugal Maior” exprimia a possibilidade de “engrandecimento de Portugal”.

No total, é plausível dizer que a guerra levou à mobilização, nos territórios sob soberania portuguesa, em redor de 150.000 efetivos. Estes são, no seu essencial, os factos que descrevem sumariamente a participação de Portugal nas operações militares da Primeira Guerra Mundial, também conhecida por Grande Guerra.<sup>5</sup>

Mas a esta narrativa sobre a participação bélica nos teatros da guerra internacional, há que adicionar a bem mais complexa e terrível frente interna, composta por uma crise política e social endémica, pontuada de revoluções e “intermitentes guerras civis”, conhecidas, em geral, pelas datas em que eclodiram: 14 de maio de 1915; 5 de dezembro de 1917 e a denominada “Monarquia do Norte”, no rescaldo da Grande Guerra, em janeiro e fevereiro de 1919.<sup>6</sup>

Cabe aqui evocar sublinhadamente a afirmação da escritora Teolinda Gersão de que “tudo tem um lado terrivelmente concreto” (Gersão, 2013, p. 25).

O concreto, seja na sua dimensão expressada, seja no seu nível misterioso, é um grande tema do saber histórico, como observava o grande historiador Georges Duby, a história quer agarrar as coisas, mais do que as palavras (Duby, s/d, 115). Compreender a História à luz dos factos. Eis o ponto de partida para falar da beligerância de Portugal na Grande Guerra. Estudar a beligerância portuguesa na Grande Guerra é olhar para os factos relevantes que terão conduzido Portugal à conflagração mundial.

---

<sup>5</sup> Os dados aqui referenciados podem ser encontrados em numerosas obras de historiografia, algumas das quais serão objeto de mais atenta análise subseqüentemente. Observe o leitor todavia que nunca se apurou um número oficial definitivo sobre as forças militares que Portugal mobilizou durante a Grande Guerra, sendo os dados indicados extraídos de diversas fontes, nem sempre concordantes entre si, pelos que as contabilizações efetuadas acabam por ser aproximações, perto da realidade, mas nunca a completa realidade. Indica-se, ainda assim, de onde podem ser retiradas estas indicações. Os efetivos do CEP podem ser vistos em Telo, 2010, pp. 380-382 e em Fraga, 2010, p. 657. Para Moçambique, veja-se Pélissier, 1988, 2º Vol., pp. 387-392. Veja-se ainda Cidade, 1935, p. 521. O custo financeiro do CEP equivaleria anualmente, por sua vez, a 10% do Produto Interno Bruto. Não se contabilizam as despesas adicionais com as operações militares em África.

<sup>6</sup> O estudo mais desenvolvido sobre o quadro político-militar que leva a estas “guerras civis intermitentes”, assim como a conceção deste conceito, é de Rosas, 2007.

Mas Georges Duby não se limita a ver a história como o estudo da coisa sobre o da palavra. Para ele, a história é o estudo das relações que os homens e as coisas vão gerando entre si, “o jogo da relação que a pessoa humana mantém com as coisas que a rodeia” (Duby, s/d, 119). A história é uma interpretação, uma interpretação sobre as relações que os factos e as pessoas que os produzem têm uns com os outros e o seu porquê. Que leitura fazer destes factos?

Uma “espantosa interrogação” preside à problemática que a história põe à beligerância de Portugal na Grande Guerra: A razoabilidade ou a irrazoabilidade da beligerância considerando o atraso e a pobreza do Portugal aquando da Grande Guerra. É em redor desta discussão e desta problemática que quase toda a historiografia contemporânea acaba por se centrar, levantando em favor e contra amplos argumentos de matriz diversa, é certo.

O historiador questiona a memória à luz de uma conexão, de uma rede, em que interagem os factos e a ideia que deles se fez e se pode fazer. Todo a ideia do facto deriva da linguagem e torna-o alvo de interpretação desde o momento em que acontece, e à posteriori, mas não deixa por isso de ter acontecido, de estar para lá da própria linguagem, de ter sempre uma dimensão transcendental, e em consequência, de ser objeto de sucessivas reflexões.<sup>7</sup>

A historiografia portuguesa sempre debateu a beligerância nacional na Grande Guerra e as suas razões, desde que em Portugal houve uma política que por ela propugnou, assim como a sua decorrência, e as suas consequências, tanto mais quando, como se verá, a participação na contenda foi, em todos os sentidos, conflitual e traumática.

---

<sup>7</sup> Não cabe aqui discutir a íntima relação entre a linguagem e o acontecimento. Digamos, numa sumária síntese, e muito simplificada, que a história busca uma “linguagem transcendental”, no sentido de que procura compreender a ação humana para lá, o mais possível, das diversas linguagens que a descrevem, almejando a mais perfeita e plausível osmose entre o facto e a fala que o narra.

## **A História da Historiografia da Beligerância Portuguesa na Grande Guerra**

A seguir à Grande Guerra, uma profusão de volumes tratava de participação nacional na primeira conflagração mundial. Na sua imensa maioria eram obras memorialísticas, algumas, todavia, disfarçadas de estudos mais académicos, em geral feitas por participantes nos acontecimentos que eram narrados e dissecados, mas a que não faltava, quantas das vezes, o ajuste de contas com o que se tornara, na ótica dos autores, uma desastrosa e, em geral, humilhante e vergonhosa experiência bélica para Portugal. Um exemplo de obras, de carácter mais historiográfico, mas a que não faltava uma dimensão memorial, de quem participara, com elevadas responsabilidades na intervenção portuguesa na Grande Guerra, é o volume publicado pelo futuro comandante do golpe de 28 de Maio de 1926<sup>8</sup> (a Ditadura Militar), o General Gomes da Costa, sobre *A Grande Batalha do CEP* (Costa, s/d). Apesar de o estudo em causa ter um ar bem académico, é preciso não esquecer que o General Gomes da Costa era o comandante da divisão portuguesa que foi pulverizada pela “Operação Georgette” na denominada, pelos portugueses, Batalha de La Lys, e onde o Corpo Expedicionário Português, presente na frente da Flandres francesa como força combatente organizada, foi destruído.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> A I República foi proclamada em 1910, com a destituição da Monarquia Constitucional e o exílio, no Reino Unido, do último rei de Portugal e do ramo pedrista da dinastia de Bragança. A I República seria derrubada por um pronunciamento militar em 28 de maio de 1926 em que pontuavam elementos conservadores e fascizantes, sendo o General Gomes da Costa, o comandante-chefe das forças militares sublevadas. Seguir-se-ia a Ditadura Militar (1926-1933) e o Estado Novo (1933-1974).

<sup>9</sup> Portugal, relembramos, enviou para França, para o setor da British Expeditionary Force (BEF), uma força de cerca de 58.000 efetivos, um Corpo de Exército de duas divisões, denominado precisamente Corpo de Exército Português (CEP). Esta força esteve em campanha de novembro de 1917 a abril de 1918, como corpo de batalha organizado. O Corpo Expedicionário Português, reduzido a cerca de 25.000 efetivos, e a uma divisão, comandada pelo General Gomes da Costa, por via de baixas até então sofridas, seria destroçado em 9 de abril de 1918 pela “Operação Georgette”. No total, o Corpo Expedicionário Português sofreu, nesse embate, 7.000 baixas (cerca de 700 mortos). Um estudo recente sobre a Batalha de La Lys pode ser encontrado em Henriques e Leitão, 2001.

Assim, não admira que estas obras criticassem o modo como o país se envolvera na Grande Guerra, mas não a beligerância em si. Afinal, não só se fizera um sacrifício grande como se estava do lado dos vencedores. A intervenção passou a ser lida como uma defesa das colónias em face aos apetites alemães em particular, e em geral face a todas as outras potências, num contexto de solidariedade com a velha aliada. Era uma forma de tornar a guerra nacional, ao mesmo tempo em que se achincalhava a República por uma beligerância justa mas muito mal preparada e desenvolvida. É este o grande argumento justificativo da participação portuguesa na Grande Guerra, que é apresentado na mais importante obra sobre a história da beligerância de Portugal na conflagração mundial, efetuada no período de entre-as-guerras (1919-1939), *Portugal na Grande Guerra*, obra em 2 Volumes, coordenada pelo General Ferreira Martins (Martins, 1935, 2 Vols.) e que pese a sua natural tendência para uma justificação da intervenção, muito ideologicamente republicana, edificou-se sobre uma mais sólida base historiográfica. A este volume acresce-se o texto de Hernâni Cidade, "*Portugal na Grande Guerra*", inserido na História de Portugal, VII Volume, dirigida por Damião Peres (Cidade, 1935) que justifica igualmente a beligerância nacional com a defesa das colónias, e completa-se, no essencial, a malha de estudos de cariz historiográfico feitos sobre a beligerância portuguesa entre 1914 e 1918 nas décadas de vinte e trinta do século XX.

Ressalve-se, todavia, que há numerosos textos publicados em revistas militares relativos à participação de Portugal na Grande Guerra, que mais do que narrativas historiográficas, são estudos de cariz estratégico e tático de contornos clássicos.

O longo silêncio que se prolonga a partir da década de quarenta até aos anos noventa do século XX requer ainda os seus historiadores. A construção de uma visão heroica em redor da ação bélica dos portugueses na Grande Guerra, exemplarmente exibido no desequilibrado duelo entre o Caça-Minas Augusto Castilho e um submarino alemão,<sup>10</sup> serviam ideologicamente, e por paradoxal que pareça, o republicanismo liberal histórico e político e o autoritário e "fascizante" Estado Novo (1933-1974) e asseguravam o silenciamento historiográfico sobre um período altamente controverso da História contemporânea de Portugal. A intervenção na guerra fora débil e pouco proficiente por via das dificuldades materiais com que o país se debatia.

---

<sup>10</sup> Sintomaticamente, a este combate são dedicadas as páginas derradeiros de texto de Hernâni Cidade (Cidade, 1935, pp. 520-521).

Pelo contrário, o país só podia valorizar as virtudes marciais dos combatentes portugueses. Os livros escolares eram bastante expressivos, desde o final da I República e durante o Estado Novo, na demonstração destes arquétipos: um caso exemplar é o “Sumário de História de Portugal” para a 4ª Classe do Ensino Primário e a admissão aos Liceus que sobre a Grande Guerra e a participação portuguesa afirma: “O exército português, quer em França, onde suportou batalhas formidáveis, como a de La Lis – 9 de abril de 1918 – quer em Angola e Moçambique, deu sempre provas de heroísmo e valentia” (Barros, s/d, p. 170).<sup>11</sup>

A visão de uma intervenção para a defesa do património colonial tornara-se a motivação clássica da beligerância. Esta justificação para a entrada de Portugal na Grande Guerra tornava nacional a beligerância e ocultava os profundos conflitos políticos internos e externos que tinham envolvido efetivamente a participação do país na conflagração.<sup>12</sup>

Por sua vez, a evolução das concepções historiográficas na historiografia portuguesa, na década de sessenta e setenta, centrada no estudo das forças sociais e económicas profundas, desvalorizava o estudo político e militar da Grande Guerra, preferindo concentrar-se, logo após o golpe militar de 25 de Abril de 1974 e a instauração da Democracia, na questão social que fraturou indelevelmente a I República. Um bom exemplo de uma primeira abordagem da Grande Guerra, à luz de uma historiografia de cariz estruturalista e marxista, é a obra de juventude do historiador António José Telo, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português, Luta de Classes em Portugal, 1917-1919* (Telo, 1978) no qual este autor dissecou a relação tensa e cada vez mais conflitual do movimento operário com a política promovida por Sidónio Pais, no quadro da “luta de classes” e das oposições políticas e económico-sociais.

---

<sup>11</sup> Outro exemplo em Acabado, 1965, p. 198, um manual também para a 4ª Classe do Ensino Primário, onde se afirma que “em todos os campos de batalha (da Grande Guerra) os soldados portugueses mostraram mais uma vez a sua valentia”.

<sup>12</sup> Quem melhor, assim parece, tem trabalhado a temática das diversas leituras historiográficas da Grande Guerra é o historiador Nuno Severiano Teixeira. Seguimos uma conferência que este historiador pronunciou em 30 de setembro no Instituto da Defesa Nacional, no Seminário Internacional *Small Power is a Power? The Role and Resilience of Small and Medium Powers During the Great War, 1914-1918*.

## **A historiografia Contemporânea da Beligerância Portuguesa na Grande Guerra**

O estudo historiográfico contemporâneo sobre a beligerância de Portugal na Grande Guerra tem em Nuno Severiano Teixeira, *O Poder e a Guerra, 1914-1918, Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*, o seu momento percursor. Não só este texto rompia com o longo silêncio de algumas décadas em redor da participação portuguesa na Grande Guerra, como questionava as narrativas que em redor desta se tinham estabelecido desde a década de vinte. A leitura que Nuno Severiano Teixeira desenvolvia, alicerçava-se numa nova compreensão do fenómeno político, que superando a concepção positivista da história, procurava contudo, por via de uma maior transdisciplinaridade entre o conhecimento historiográfico e o de outras ciências sociais, aprofundar o estudo da realidade histórica (Teixeira, 1988).

Para o autor, a entrada de Portugal na Grande Guerra fora a consequência de uma estratégia política, movida pelo Partido Republicano Português, conhecido também com "Democrático", o mais poderoso e tentativamente hegemónico partido da I República, para através de uma beligerância bem-sucedida, ao lado da Grã-Bretanha, o tradicional aliado de Portugal, cimentar internamente e externamente a legitimidade da República e da facção "democrática". A intervenção na guerra congregaria a nação em torno dos partidos beligerantes – na prática, quase só o Partido Republicano Português – e solidificaria interna e externamente a legitimidade política e institucional da República e o seu prestígio e a estabilidade de Portugal, tanto no que respeitava ao seu património colonial, quanto ao que se refere ao regime republicano (Teixeira, 1996). O historiador Pedro Aires Oliveira denominaria esta leitura de "o primado da política interna" na política de beligerância, que não se reduziria tão só o caso português, durante a Grande Guerra (Oliveira, 2011, p. 185).

Todavia, como a obra de Filipe Ribeiro de Meneses, *União Sagrada e Sidonismo, Portugal em Guerra, 1916-1918*, evidencia, uma sociedade dividida quanto à sua identidade nacional, era uma sociedade fendida quanto ao projeto da guerra e de beligerância face à grande contenda mundial. A famosa União Sagrada, modelada pela que em França unira todas as forças políticas em face da invasão alemã, não conseguiu sequer unir em redor de si todos os partidos republicanos (era composta apenas pelo Partido Republicano Português de Afonso Costa e pelo Partido Evolucionista de António José de Almeida, cada vez mais circunspecto dessa união).

E pior, contra a União Sagrada se concitaram todos os opositores ao regime e ao intervencionismo, cada vez mais visto como uma política de partido, não como uma necessidade nacional (Meneses, 2000).

Efetivamente, não só a I República emergiu de um ato revolucionário que expeliu da política nacional todo o setor monárquico (Ramos, 1994, pp. 468-469 e 474), como hostilizou os católicos e viu-se dividida entre republicanos radicais "jacobinos" e republicanos moderados-conservadores, engendrando uma progressiva conflitualidade política com espasmos de violência bélica que o impacto interno e externo da Grande Guerra acelerou.<sup>13</sup> Cinco batalhas, durante a República, foram consequência da guerra civil larvar, e compõem a "guerra civil intermitente" (excluindo as muito particulares incursões monárquicas, no nordeste de Portugal continental, com que em 1911 e 1912 tentaram os proponentes da monarquia concitar o país contra a República, todavia sem sucesso): 3/5 de outubro de 1910 (que instaura a República); 14/15 de maio de 1915;<sup>14</sup> 5/8 de dezembro de 1917;<sup>15</sup> janeiro de 1919;<sup>16</sup>

---

<sup>13</sup> Uma síntese desta evolução pode encontrar-se em Telo, 2010, pp. 145-227.

<sup>14</sup> Trata-se, na prática, de uma segunda revolução republicana efetuado contra o governo do General Pimenta de Castro, nomeado Presidente do Ministério (equivalente a Primeiro-Ministro ou Chefe de Governo) pelo Presidente da República Manuel de Arriaga, um velho republicano, ideologicamente moderado, com o objetivo de obviar à intervenção de Portugal na Grande Guerra. Algumas medidas favoráveis aos monárquicos indispueram o governo de Pimenta de Castro com a maioria dos republicanos, que o derrubariam pela força em 14 e 15 de maio de 1915. A revolução foi mais violenta que a de 3/5 de outubro de 1910 e os combates, incluindo o uso maciço de artilharia, pela primeira vez, terão provocado cerca de 100 mortos. Rosas, 2007, pp. 43-46.

<sup>15</sup> Portugal entrou na Grande Guerra como beligerante a 9 de março de 1916. Mas como vamos demonstrando, o país nunca se conciliou com essa beligerância. Os beligerantes foram ficando progressivamente isolados e encurralados, e em 5 de dezembro de 1917 rebenta uma rebelião contra a governação "guerrista", que conta com apoios que vão desde os católicos e monárquicos ultramontanos ao frentismo operário. Os combates prolongam-se por três dias, acabando o governo por capitular face à resistência dos sublevados. Rosas, 2007, pp. 46-49.

<sup>16</sup> O dirigente do 5 de dezembro, o Major Sidónio Pais, na tentativa de congregar em seu redor as díspares forças políticas que o tinham apoiado, optou por um regime que hoje denominaríamos de "populista fascizante", alicerçado no culto da sua pessoa e na legitimação do seu poder pela manipulação das massas (foi o primeiro político português a ser sufragado em sufrágio universal). A despeito disso, a crise política

18 de abril de 1925;<sup>17</sup> Dessas cinco, três sucedem-se no quadro da Grande Guerra e em consequências dos efeitos diretos da beligerância e do “desejo de beligerância” dos radicais republicanos.

Esta oposição entre intervencionistas e não intervencionista, ou como ficou conhecida, à época, a polémica entre “guerristas” e “antiguerristas”, como afirmou em recente conferência o historiador António José Telo, forja o quadro em que se oporão durante a Grande Guerra as diversas correntes políticas e ideológicas que se defrontam em Portugal e o quadro de alianças que desenvolverão neste período,<sup>18</sup> e tem no diálogo, que de certo modo, se entabulou entre João Chagas, grande jornalista, um dos grandes ideólogos da República e do intervencionismo, à altura Embaixador de Portugal em França, e o notável escritor Aquilino Ribeiro, logo em 1914, uma efetiva expressão testemunhal do que seria as dificuldades insuperáveis de unir Portugal em torno da beligerância.

Com efeito, no seu Diário, “É a Guerra”, dos primeiros meses da Grande Guerra, Aquilino Ribeiro trava um duelo, no texto, com João Chagas, sobre a posição de Portugal no conflito. João Chagas, desde a deflagração da contenda, que optou por uma política intervencionista, afirmando na entrada de 5 de Agosto de 1914 do seu Diário o seguinte:

---

corroeu rapidamente o seu poder, que terminaria com o seu assassinato em 14 de dezembro de 1918, e que abriu as portas a uma tentativa de restauração monárquica conhecida como a “Monarquia do Norte”. Esta tentativa foi prontamente esmagada em Lisboa por uma coligação de todas as forças republicanas e depois subjugada, no norte de Portugal, por uma campanha militar que durou cerca de um mês. Rosas, 2007, pp. 51-52.

<sup>17</sup> O 18 de abril é um movimento estritamente militar que visava derrubar a República e instaurar um regime puramente castrense. É a antecâmara do movimento militar em que 28 de maio de 1926 derrubará a I República a instaurara a Ditadura Militar. Rosas, 2007, pp. 55-57.

<sup>18</sup> No Seminário *Internacional Small Power is a Power? The Role and Resilience of Small and Medium Powers During the Great War, 1914-1918* realizado em 30 de setembro e 1 de outubro de 2014 no Instituto da Defesa Nacional. A intervenção de António José Telo deu-se a 30 de setembro de 2014.

Este momento fornece-lhe (a Portugal) um ensejo único na sua história de adquirir personalidade. Se o abandona é uma nação perdida. O meu ponto de vista é este. Portugal deve assumir sem tergiversações o papel de aliado da Inglaterra e dar-lhe o pouco que pode dar-lhe, mas dar-lhe e não esperar que ela o exija ou o tome por suas mãos. (...). Pela primeira vez na história da nossa velhíssima aliança ter-lhe-emos dado e não pedido concurso (Chagas, s/d, p. 132).

João Chagas, diz o fabulador Aquilino Ribeiro, não titubeou ao afirmar em conversa com ele, a visão que detinha para o papel de Portugal na Grande Guerra:

Portugal ainda não declarou a beligerância, não senhor, e todavia é urgente que a declare. É uma questão de decoro e de independência. Se quer viver e se quer ser alguém na concôrto da Europa futura, apresse-se a entrar na guerra (...). O contrário é suicídio. (...). (...) Portugal tem sido um vassalo da Inglaterra e (...) não lhe cabe agora o direito de perder o magnífico ensejo de se resgatar" (Ribeiro, s/d, p. 68).

Face ao entusiasmo de João Chagas, o silencioso Aquilino Ribeiro confessaria ao seu Diário o seu desabafo com o que via ser o ímpeto de louco do francófilo embaixador português em Paris:

Declarar a guerra, atirar com milhares de pobres diabos para o maneta, exaurir o úbero chupado da nação, que é isso, se há três magníficos graais a conquistar: glorificar o nome de português, sacudir a suzerania do leopardo, pagar o nosso tributo à civilização" (Ribeiro, s/d, p. 74).

Não era Aquilino, contudo, simpático para com a Grã-Bretanha, pois não se coibia de lhe atribuir a responsabilidade pelo espoletar da conflagração, e de a epitetar de rapace e flibusteira (Ribeiro, s/d, pp. 23 e 26) mas compreendia bem as intenções que eram movidas pelas palavras de João Chagas.

A questão da aliança não pode, com efeito, ser retirada dos cálculos que empurraram os “guerristas” para o conflito. Esta é a visão que Rui Ramos em a “*A Revolução Republicana de 1910 e a Política Externa Portuguesa*” (Ramos, 2008) considera, ao observar que o propósito externo do intervencionismo era o de assegurar, para Portugal, uma posição de aliado face à parceiro mais poderoso da velha aliança anglo-lusa, e em simultâneo garantir uma legitimação externa, e consequentemente interna, da República portuguesa, acossada como estava por pressões internas e externas até 1914, e “esfomeada de legitimidade”.

Luís Alves de Fraga, *Do Intervencionismo ao Sidonismo, os Dois segmentos da Política de Guerra da 1ª República, 1916-1918*, considera, igualmente, e de forma ainda mais acentuada, que a ação da corrente beligerante, que tinha em Afonso da Costa e João Chagas, dois dos seus capitães, visava a mais lata autonomia e o ampliamiento da margem de independência de Portugal no contexto internacional, e claro, em face da Grã-Bretanha, o que só podia ser alcançado com uma intervenção bélica robusta no teatro de guerra mais importante e relevante da Grande Guerra, a Flandres, em França. O sucesso da intervenção medida numa participação robusta, e de grande visibilidade, permitiria pôr Portugal e a sua República numa posição de maior paralelismo estratégico e político com a Grã-Bretanha, aumentando consideravelmente a liberdade e a margem de manobra do país e mitigando acentuadamente a dependência e o seu sentimento de Estado subordinado. A busca da legitimidade por parte dos democráticos continha também uma dinâmica nacional de assegurar a mais plena soberania de Portugal no sistema internacional (Fraga, 2010).

António José Telo, numa obra mais geral sobre a I República, e seguindo uma dinâmica de interpretação por si já testada para a história diplomático – estratégica de Portugal na II Guerra Mundial (Telo, 1987 e Telo, 1991), lê a beligerância dos radicais republicanos num tessitura multidimensional, em que elementos internos e externos interagem. Esta aproximação conceitual ancora-se, perfeitamente, naquilo a que se pode designar por “escola estratégica portuguesa”<sup>19</sup>, e baseia-se na observação da relação de forças do sistema internacional e na intervenção de cada ator individual e sua interação com os demais, numa perspectiva total e estrutural.

Para António José Telo, o intervencionismo viu a conjuntura da Grande Guerra como uma oportunidade para solucionar os diversos perigos e dilemas do regime: o perigo colonial, o perigo espanhol, a relação difícil com a Grã-Bretanha e a perda de valor da aliança, visível na aproximação entre o velho aliado e a Espanha.<sup>20</sup> A união nacional seria forjada na mobilização do país para a conflagração, mobilização essa que era o instrumento fundamental para uma nova cimentação da unidade entre o “bom povo” e a República (radical). A beligerância era uma solução para os dilemas da República. António José Telo observa que a vontade beligerante não deriva de um único motivo, mas de um entrecruzamento de vários problemas políticos e da possibilidade que a guerra induz de os resolver por atacado. Esses dilemas, que combinam dimensões internas e externas, elas próprias entrecruzadas, seriam, por via da intervenção na contenda, por parte de Portugal, resolvidas em prol do “partido” que propugnava pelo intervencionismo (Telo, 2010, pp. 299-301 e seguintes).

Mas a realidade, esse terrível concreto que evoca Teolinda Gersão, que todas as coisas domina, evidenciou quanto os “guerristas”, tendo tido sucesso na política de beligerância, não estavam à altura de a transformar numa postura ganhadora. A experiência vivida da Grande Guerra, dados os limitados recursos nacionais, seria traumática para a imagem de si que o país tinha.

A experiência do Corpo Expedicionário Português teve em Isabel Pestana Marques, *Das Trincheiras com Saudade ...*, a primeira narrativa contemporânea sobre a vivência dos soldados e oficiais portugueses que participaram na campanha militar da frente francesa.

---

<sup>19</sup> Para uma síntese sobre a “Escola Estratégica Portuguesa” veja-se Fernandes, 2012.

<sup>20</sup> Com efeito, desde o início do século XX que houve uma aproximação entre a Espanha e a Grã-Bretanha e igualmente entre a França e a Espanha, facilitando um excelente relacionamento de Madrid com a Entente. Para todos os efeitos, por volta de 1914, a Espanha era, ainda que não oficialmente, aliada da Entente, o que claro, minorizava imenso o papel estratégico do território português para a Grã-Bretanha, e mais relevante do que isso, o interesse deste país em conservar a diferenciação ibérica, ou seja, a independência de Portugal em face do seu muito mais poderoso vizinho. O historiador que mais profundamente estudou este tema foi Hipólito de la Torre-Gómez. Veja-se, por exemplo, Hipólito de la Torre-Gómez, 1980, pp. 55-58.

A autora, mais do que uma história política, que também é debatida na obra, faz um estudo sobre a experiência e a vivência da guerra por que passaram os homens do Corpo Expedicionário Português, bem em acordo com os paradigmas historiográficos da história do cotidiano ou da história da família, falando sobre as pequenas vidas ou a vida concreta dos combatentes e a turbulência que a mobilização e a conflagração impuseram a estas (Marques, 2008). Equipados, armados, instruídos e enquadrados pela Força Expedicionária Britânica (*British Expeditionary Force*), o Corpo Expedicionário Português, a despeito das suas debilidades, nomeadamente no que se refere à profunda divisão política que transportara consigo de Lisboa e à fraca moral, em parte daí decorrente, sustentou-se estoicamente até ao brutal choque com um Corpo de Batalha alemã na denominada Batalha de La Lys.<sup>21</sup>

Pelo contrário, deixada aos recursos nacionais, a Grande Guerra em Moçambique, estudada por Marco Fortunato Arrifes, *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa, Angola e Moçambique (1914-1918)* (Arrifes, 2004), com uma narrativa historiográfica muito próxima da de Isabel Pestana Marques e da história do cotidiano, e por Ricardo Marques, *Os Fantasmas do Rovuma, A epopeia dos soldados portugueses em África na I Guerra Mundial* (Marques, 2012) com uma narração em que sobressaem os grandes episódios tático-estratégicos da campanha, foi uma muito grave e dolorosa experiência para todos os combatentes do Exército português e uma humilhante campanha para as armas portuguesas, dado o despreparo logístico, a falta de planeamento organizacional e estratégico adequado, a inexistência de serviços médicos necessários e a fraca ou quase

---

<sup>21</sup> A “Operação Georgette” mobilizaria cerca de 21 divisões alemãs, aproximadamente 350.000 efetivos, que foram lançados sobre o setor britânico da frente francesa. No centro do ataque estava precisamente a posição portuguesa do Corpo Expedicionário Português. É possível que os alemães soubessem do estado de fraqueza física e moral das forças expedicionárias portuguesas que, para mais, deveriam ser evacuadas para a retaguarda nesse fatídico 9 de abril de 1918. Contra o setor português, esforço principal do ataque, seriam lançadas quatro divisões em primeiro escalão, cerca de 50.000 efetivos. Contra esta massa estavam cerca de 25.000 soldados portugueses. O Corpo Expedicionário Português sairia destroçado deste embate. Veja-se, por exemplo, entre outros, Henriques e Leitão, 2001, pp. 13-14, 42-43 e 54-55.

inexistente instrução tática e operacional que deixou as forças combatentes à mercê da geografia, do clima e do muito bem preparado inimigo, os Askaris alemães da Tanganica, comandados por um dos mais brilhantes generais da Grande Guerra, Lettow-Vorbeck. Moçambique acabaria por se tornar um teatro de guerra a partir de 21 de novembro de 1917 e por quase todo o ano de 1918, com a invasão da colónia por forças germânicas vindas da África Oriental Alemã.

Estas campanhas portuguesas da Grande Guerra – França/Flandres e Moçambique – mais a de Angola, foram objeto igualmente de tratamento, numa clássica leitura político-estratégica, mas de indiscutível informação e interesse, por uma história com carácter algo oficial do Exército Português, coordenada pelo General A. N. Ramires de Oliveira (1994, 3º Vol.).

Não trata todavia da mais relevante das frentes com que Portugal, o seu governo beligerante e o seu “partido” guerrista, se confrontou: a frente interna, permeada e porosa à intensa violência política e às “guerras civis intermitentes” que foram pontuando, com sangue português de ambos os lados a contenda. Não há um estudo de conjunto sobre este tema, nem mais especificamente sobre a guerra civil larvar e a beligerância portuguesa na Grande Guerra, pese o texto de Fernando Rosas sobre a “Lisboa Revolucionária”, que tem, não só, um período temporal bem mais longo, porquanto avança para o tempo da Ditadura Militar e ainda toca no denominado Período Revolucionário em Curso (PREC), imediatamente após a Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974, como limita-se a analisar as grandes macroestruturas da violência política existente durante a I República.<sup>22</sup> Há alguns estudos de pormenor sobre as tensões políticas internas, as relações de aliança e conflito entre as forças ideológicas que se digladiavam internamente, e as “guerras civis intermitentes”, exemplarmente demonstrado pela obra de Maria Alice Samara sobre o operariado sindicalizado e o sidonismo (Samara, 2002).

---

<sup>22</sup> Rosas, 2007

## **A “Espantosa Interrogação”: Da Historiografia à História**

A despeito de uma renovada leitura, fundamentada nas sólidas bases da ciência e de epistemologia historiográfica, mobilizando novas temáticas, o cerne que norteia ainda hoje o debate histórico sobre Portugal e a Primeira Guerra Mundial é a “espantosa interrogação”. O “desejo da beligerância” espelha o grande paradoxo da intervenção portuguesa na Grande Guerra: uma pequena e pobre nação, que se via como um “grande império”, e que procurou ter na guerra um comportamento de “grande poder”, consentâneo para os intervencionistas com o mito do “passado glorioso”, mas lido pelos antiguerristas como uma loucura, considerando o estado real de fraqueza e de pobreza do país em 1914. O paradoxo, talvez a característica mais idiossincrática de I República, como afirma António José Telo (Telo, 2010, pp. 9-10), é ainda mais reforçado pelo facto de a beligerância ser promovida por um regime e por um partido político assediado internamente por forças políticas, à direita e à esquerda dele, que o visavam aniquilar. Duas pistas conduzem hoje as investigações sobre a “espantosa interrogação”:

A “pista britânica”. o intervencionismo visava equilibrar e engendrar uma paridade estratégica entre Portugal e a Grã-Bretanha, na verdade, o inimigo a abater pelos intervencionistas, dado o prejuízo que a excessiva dependência que o país tinha do seu aliado produzia na sua posição internacional e na legitimidade do regime.

O “problema da legitimidade” do regime face aos oponentes internos e mesmo face aos poderes internacionais.

As duas pistas não são autónomas mas interagem entre si intimamente.

Realmente, a íntima relação da questão interna com a questão externa está a tornar-se central, no que parece ser a evolução da narrativa sobre a beligerância de Portugal na Grande Guerra. Ela demonstra todavia um erro de análise muito próprio das correntes, em ciências sociais e humanas, nomeadamente na história, em estratégia e no binómio Relações Internacionais-Estudos de Segurança, de distinguir a política externa da política interna (mesmo quando acham que esta influencia a política externa) de forma tão acentuada. O que parece indicar o caminho da investigação de base portuguesa e a reflexão que a historiografia nacional, hoje, desenvolve, é a de que há uma mútua influência entre aquilo a que

se denomina de política interna e de política externa, que na prática, mais não é que uma política, um todo político, que se relaciona com outros atores políticos, distintos ou específicos, mas que se conectam por via de várias redes e mutuamente se influenciam e conflitam.

A suspeição da Grã-Bretanha e a hostilidade de Afonso XIII de Espanha à República Portuguesa combinam-se com a hostilidade de monárquicos e católicos ao regime republicano, que têm no país vizinho de Portugal santuário para as suas ações mais violentas contra este, e são acobertados pelo principal aliado de Portugal que deu exílio, apoio, e até garantias para os seus bens, ao último rei do país, D. Manuel II e permitia-se criticar os governos republicanos por aquilo que considerava ser “perseguições políticas” aos seus oponentes. O radicalismo republicano estava condicionado por fatores, que poderemos denominar de externos e internos, mas que na realidade eram todos políticos de origem diversa. A beligerância era a solução para, a coberto da guerra contra a Alemanha, permitir aos republicanos radicais o combate contra os verdadeiros inimigos da “República Radical”, os monárquicos e católicos, a Grã-Bretanha e a Espanha. A ação política global dos republicanos radicais era uma contra a “aliança anti radical”, mesclando num todo interativo e conexo aquilo a que denominamos de política interna e política externa. Esta evidencia ademais o primado político da ação em tempo de guerra, como afiançava Clausewitz (Clausewitz, 1984, pp. 86-87) Ela permite responder à “espantosa interrogação” que desde o início marcou o debate sobre os motivos da beligerância.

A intervenção marca igualmente uma nova linha de rumo daquilo a que hoje se define como estratégia de segurança nacional, e que ao longo do século XX acabar-se-ia por tornar dominante: um país pequeno, para ter voz entre os grandes potentados, tem de participar nos grandes eventos estratégicos. A beligerância de 1916-1918 era o equivalente às atuais operações de paz em que participam forças militares portuguesas: A característica central das ações militares portuguesas desde 1914 é a “Experiência Expedicionária” em que as Forças Armadas Portuguesas atuam em campos de batalha longe de Portugal continental. Essa situação deriva do quadro geopolítico e geoestratégico e da continentalização da Europa, em redor da *Mitteleuropa* primeiro, depois da globalização, que mitigam o interesse das grandes potências pelo espaço sobre soberania portuguesa, ao mesmo tempo que faz a Espanha participar dos mesmos *fora* de segurança e das mesmas alianças de que Portugal faz parte, enfraquecendo a diferenciação ibérica.

A República perceberá muito rapidamente que, para se diferenciar e afirmar a sua alforria face a alianças suspeitas, e ter uma palavra a dizer, teria de participar ativamente na política internacional e na guerra global que então lavrava, e influenciar por essa via o quadro político global que decorreria da conflagração. Essa postura seria repetida posteriormente múltiplas vezes e é hoje axiomática na política externa e na política de defesa de Portugal.

Esta postura é expressa de forma clarividente no atual Conceito Estratégico de Defesa Nacional, ao realçar o papel das Forças Armadas portuguesas, “com vista a consolidar Portugal, no seu estatuto de coprodutor de segurança nacional”, sendo os meios militares, “uma componente fundamental da segurança do Estado e um fator de projeção de prestígio internacional”.<sup>23</sup> Esta visão é expressa por um dos mais notáveis teóricos do papel contemporâneo das Forças Armadas, o ex-Ministro da Defesa Nuno Severiano Teixeira, curiosamente, e talvez não por acaso, exatamente o historiador que abriu as portas da historiografia contemporânea a uma nova leitura da beligerância portuguesa na Grande Guerra (como já se evidenciou no texto). Diz Nuno Severiano Teixeira que “a participação portuguesa em missões internacionais (...) tornou-se um fator crucial para a credibilidade externa do Estado e consolidou a posição de Portugal como coprodutor de segurança internacional” (Teixeira, 2009, p. 39). Para o autor, simultaneamente historiador e ministro, a coprodução de segurança internacional é um dos últimos redutos de soberania dos Estados (Teixeira, 2009, p. 281).

Há assim uma continuidade, mais do que uma especificidade muito particular na ida do Corpo Expedicionário Português para a França em 1917. Fora igualmente as consequências da mutação da estrutura geopolítica e geoestratégica a induzir os republicanos radicais a desenvolverem uma força militar expedicionária. Isso explica esta continuidade para lá das especificidades da conjuntura. Mas Nuno Severiano Teixeira observa que ao contrário do que aconteceu após a Guerra Fria, algo houve que falhou em 1916-1918: a unidade e o consenso do país em torna da ação militar no exterior.<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> Resolução do Conselho de Ministros nº 19/2013, *Diário da República*, 1ª série, nº 67, de 5 de abril de 2013, p. 1982.

<sup>24</sup> O autor tem desenvolvido esta leitura nas conferências que dá sobre o tema. Seguimos, de novo, a conferência que Nuno Severiano Teixeira pronunciou em 30 de setembro no Instituto da Defesa Nacional, no Seminário Internacional *Small Power is a Power? The Role and Resilience of Small and Medium Powers During the Great War, 1914-1918*.

Outra questão atravessa o debate: foram ou não foram os intervencionistas bem sucedidos? A resposta tem de ser mitigada: o intervencionismo teve um imenso sucesso. Forçou a entrada de Portugal na Grande Guerra como beligerante e impôs à Grã-Bretanha uma intervenção poderosamente musculada na forma de um corpo de exército (o Corpo Expedicionário Português) presente na Flandres. Ficará sempre a interrogação sobre o real impacto do Sidonismo na prossecução desta estratégia.<sup>25</sup> Mas é evidente que os insucessos militares, na Flandres e em África, empalideceram a beligerância nacional, assim como o governo de Sidónio Pais, querido da Grã-Bretanha, mas hostilizado por alguns setores da política francesa. Assim, o objetivo do intervencionismo, no final da conflagração, não fora atingido de todo, mas a participação assegurou uma voz a Portugal na Conferência de Versalhes de 1919,<sup>26</sup> e isso é um inegável, se bem que hoje muito desconsiderado, sucesso.

---

<sup>25</sup> O Sidonismo dá nome a um regime português que resulta da Revolução de 5/8 de dezembro de 1917, que derruba o último governo "Democrático" de Afonso Costa, e que tem por condutor o Major e Lente de Matemática da Universidade de Coimbra Sidónio Pais, que fora o último embaixador de Portugal na Alemanha. A maioria dos historiadores vêem em Sidónio Pais um precursor dos futuros regimes autoritários fascistas assentes em chefias carismáticas, como foi o caso do Sidonismo. No que se refere à participação portuguesa na Grande Guerra, este regime foi acusado pelos "democráticos" e intervencionistas de ser germanófilo, mas a historiografia nacional contemporânea reconhece hoje que a Grã-Bretanha era muito mais benevolente para com ele do que para com os governos guerristas. Não há ainda contudo uma opinião completamente consolidada sobre o impacto do sidonismo no esforço de guerra português. Veja-se também a nota 14.

<sup>26</sup> Um primeiro estudo sobre a participação de Portugal na conferência de paz de 1919 deve-se a Ferreira (1992).

## **Algumas Conclusões**

A beligerância portuguesa na Grande Guerra deve ser lida em contexto, fazendo interagir o quadro nacional e o quadro internacional, numa dinâmica confluyente.

Havia vários opositores a bater pela beligerância portuguesa na Grande Guerra, mas nenhum deles era a Alemanha: procurava-se inverter a desconfiança e o desdém da Grã-Bretanha (o velho aliado) pela República, visando-se em simultâneo superar a dependência do país face aquela potência, adquirindo-se a paridade estratégica entre ela e Portugal; tinha-se por fito acentuar a diferenciação ibérica, assegurando uma clara distinção entre o valor de Portugal e o da Espanha para a Entente, com uma clara vantagem para o primeiro dos países, o que seria garantido com uma robusta intervenção na conflagração; por fim, pretendia-se solidificar a República internamente, inibindo o apoio externo que a oposição monárquica e católica recebia de Espanha e do Reino Unido, eliminando definitivamente do jogo político estes movimentos partidários e ideológicos.

É assim debatível a dimensão completamente nacional da intervenção: Portugal era um país dividido politicamente, vivendo um estado de “guerra civil larvar” pontuado de uma “guerra civil intermitente”, ou seja, da manipulação, por parte de atores políticos e militares do instrumento armado com vista a derrubar os seus oponentes. O simples facto da beligerância visar a eliminação de uma parte dos opositores internos da República fazia com que estes travassem uma violenta “luta de morte” contra a beligerância. Como disse em recente conferência, no Instituto da Defesa Nacional, o historiador António José Telo, o campo político interno cindiu-se entre “guerristas” ou beligerantes e “antiguerristas” ou antibeligerantes.

Neste contexto, a beligerância de Portugal na Grande Guerra não foi uma ação consensual de um país unido, mas uma intervenção partidariamente movida de uma nação fraturada, e por conseguinte, extraordinariamente frágil, num país muito debilmente preparado para intervir numa conflagração daquelas dimensões.

A intervenção propriamente dita foi, todavia, alcançada com sucesso, mas o seu resultado final foi um fiasco. O propósito político intermédio foi plenamente atingido, o fito político final foi um fracasso. Os beligerantes conseguiram enviar para França, para a Flandres, um Corpo Expedicionário do Exército de cerca de 58.000 efetivos e intervieram ainda em Moçambique durante os anos de 1916 a 1918. No entanto, a intervenção militar, em ambos os teatros de guerra não foi plenamente sucedida e pelo contrário consumou-se em derrotas. Assim, a participação na conferência de paz de 1919 acabou por estar ancorada em desastres militares e não podia ser contabilizada muito favoravelmente por Portugal face aos seus parceiros.

A intervenção saldou-se no mínimo por um meio sucesso com sabor a derrota para os intervencionistas. Isso explica que, no fundo, guerristas e antiguerristas, imediatamente após o termo da contenda, tenham aceitado de forma natural a ideia de uma intervenção na Grande Guerra para defender as colónias como um argumento natural que ocultava o papel de ambos nas dificuldades por que passara a beligerância de Portugal nessa conflagração.

Seria preciso esperar quase um século para que os historiadores progressivamente desenterrassem da memória oculta a história de uma intervenção numa grande guerra internacional feita num quadro de uma quase guerra civil. Essa é a história concreta que hoje está a ser desvelada pela historiografia portuguesa.

## **BIBLIOGRAFIA**

ACABADO, Janeiro. *História Pátria para a 4ª Classe*. Porto: Livraria – Avis - Papelaria, 1965.

ARRIFES, Marco Fortunato. *A Primeira Guerra Mundial na África Portuguesa, Angola e Moçambique (1914-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos/IDN, 2004.

BARROS, Tomás de. *História de Portugal. Ensino Primário. Sumário de História de Portugal*. Porto: Editora Educação Nacional de Adolfo Machado, s/d.

CHAGAS, João. *Diário I, 1914*. Lisboa: Edições Rolim, s/d.

CIDADE, Hernâni. "Portugal na Guerra Mundial: 1914-1918". In: Damião Peres (Dir.). *História de Portugal*. 7º Vol.. Barcelos: Portucalense, 1935, pp. 491-522.

*Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Resolução do Conselho de Ministros nº 19/2013. *Diário da República*, 1ª série, nº 67, de 5 de abril de 2013.

COSTA, Gomes da. *A Grande Batalha do CEP: A Batalha de La Lys*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, s/d.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *On War*. Princeton: Princeton University Press, 1984. *Diário da Câmara dos Deputados da República Portuguesa*

DUBY, Georges. "O Prazer do Historiador". In Pierre Chaunu (et alia). *Ensaios de Ego-História*. Lisboa: Edições 70, s/d.

FERNANDES, António Horta. "Cultura Estratégica em Portugal: A Escola Estratégica Portuguesa". *Revista Portuguesa de Ciência Política*, nº 2, p. 143-149, 2012.

FERREIRA, José Medeiros. *Portugal na Conferência de Paz, Paris, 1919*. Lisboa: Quetzal, 1992.

FRAGA, Luís Alves de. *Do Intervencionismo ao Sidonismo. Os dois segmentos da Política de Guerra da 1ª República (1916-1918)*. Coimbra: Imprensa Universidade de Coimbra, 2010.

GERSÃO; Teolinda. *Cadernos II. As Águas Livres*. Lisboa: Sextante, 2013.

HENRIQUES, Mendo Castro, e LEITÃO, António Rosas. *La Lys, 1918, Os Soldados Desconhecidos*. Lisboa: Prefácio, 2001.

MARQUES, Isabel Pestana. *Das Trincheiras, Com Saudade, A Vida Quotidiana dos Militares Portugueses na Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2008.

MARQUES, Ricardo. *Os Fantasmas do Rovuma, A epopeia dos soldados portugueses em África na I Guerra Mundial*. Lisboa: Oficina do Livro, 2012.

MARTINS, Ferreira (Coord.). *Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Ática, 1935, 2 Vols.

MATOS, Norton de. *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2005, 3º Vol.

MENESES, Filipe Ribeiro de. *União Sagrada e Sidonismo, Portugal em Guerra, 1916-1918*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

OLIVEIRA, A. N. Ramires de (Coord.). *História do Exército Português (1910-1945)*. Lisboa: Estado-Maior do Exército (EME), 1994, 3º Vol.

OLIVEIRA, Maurício. *Pereira da Silva, Oficial-Ministro-Doutrinador*. Lisboa: Editora Marítimo Colonial, 1968.

OLIVEIRA, Pedro Aires. "A República e a Guerra". In: Luciano Amaral (Org.). *Outubro: a Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa, Edições 70, 2011, pp. 185-225.

PÉLISSIER, René. *História de Moçambique: Formação e Oposição (1854-1918)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988, 2 Vols.

RAMOS, Rui. *A Segunda Fundação (1890-1926)*. In: José Mattoso (Coord.). *História de Portugal*. 6º Vol., Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

RAMOS, Rui. "A Revolução Portuguesa de 1910 e a Política Externa Portuguesa". In: João Marques de Almeida e Rui Ramos (Coord.). *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal, Séc. XIX e XX*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional/Cosmos, 2008, pp. 55-94.

RIBEIRO, Aquilino. *É a Guerra. Diário*. Lisboa: Livraria Bertrand, s/d.

ROSAS, Fernando. *Lisboa Revolucionária. Roteiro dos confrontos armados no século XX*. Lisboa: Tinta-da-China, 2007.

SAMARA, Maria Alice. *Verdes e Vermelhos, Portugal e a Guerra no Ano de Sidónio Pais*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

TORRE-GÓMEZ, Hipólito de La. *Na Encruzilhada da Grande Guerra, Portugal-Espanha, 1913-1919*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

TELO, António José. *O Sidonismo e o Movimento Operário Português, Luta de Classes em Portugal, 1917-1919*. Lisboa: Ulmeiro (1978).

TELO, António José. *Portugal na Segunda Guerra Mundial*. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1987.

TELO, António José. *Portugal na Segunda Guerra Mundial, 1941-1945*. Lisboa: Vega, 1991, 2 Vols.

TELO, António José. *Primeira República*. Lisboa: Editorial Presença, 2010-2011, 2 Vols.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. "A História Política na Historiografia Contemporânea", *Ler História*, nº13, 1988.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. *O Poder e a Guerra, 1914-1918, Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. *Contributos para uma Política de Defesa*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional, 2009.